

Quarta-Feira, 02 de Setembro de 2026

PEC da Segurança: relator remove previsão de repasse das apostas para facilitar votação no Senado

Senador Rogério Carvalho retira dispositivo sobre bets para garantir aprovação. Comitê Olímpico comemora possibilidade de evitar perda de R\$ 500 milhões.

Para viabilizar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança no Senado, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) decidiu suprimir do documento a inclusão de um mecanismo que destinaria 30% da receita arrecadada com apostas online para o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário Nacional.

O dispositivo havia recebido aprovação da Câmara dos Deputados durante a tramitação anterior da matéria. Uma versão reformulada do parecer será divulgada nas próximas horas.

De acordo com o senador relator, a disponibilização de recursos para ambos os fundos será realizada posteriormente mediante aprovação de legislação complementar.

"Não é oportuno fixar na Constituição a repartição de receitas oriunda de uma atividade de jogo. Diversos setores solicitaram que essa questão fosse tratada exclusivamente no âmbito da legislação ordinária. Para o setor esportivo especificamente, isso significaria uma redução substancial nos repasses. Vamos retomar essa discussão em oportunidade posterior", declarou o relator.



Uma delegação do Comitê Olímpico do Brasil (COB) se encontra em Brasília nesta semana para defender a exclusão desse ponto específico. O presidente do COB, Marco La Porta, informou que a medida evitará um impacto financeiro de R\$ 500 milhões no apoio ao desporto nacional.

Representantes da entidade olímpica, do Ministério da Fazenda e do relator realizaram negociações na terça-feira (1) com o propósito de adequar a PEC. A retirada do trecho permite que o texto seja votado sem necessidade de retorno à Câmara dos Deputados.

A administração federal e o relator planejam levar a PEC para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no Plenário da Casa Legislativa no decorrer da quarta-feira (2).

A iniciativa constitucional sobre Segurança Pública figura entre as prioridades da agenda governamental, encontrando-se entre as matérias que permaneciam estagnadas no Senado até a retomada do entendimento entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

A matéria conquistou aprovação na Câmara em 10 de março, porém só foi encaminhada para análise na CCJ do Senado em 21 de agosto.

Além dessa proposta, o governo planeja dar prosseguimento na semana atual a outras iniciativas, como a medida provisória que elimina a taxa das blusinhas, a emenda constitucional que reduz a duração da jornada laboral, além de dois projetos de lei que estabelecem um sistema tributário especial para a implantação de centros de dados e outro que institui um marco regulatório para minerais de terras raras.